



Sessão Temática ST1 – Abordagem territorial do desenvolvimento, governança e patrimônio territorial

VALE DOS VINHEDOS E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

VALE DOS VINHEDOS Y LA CESTA DE BIENES Y SERVICIOS TERRITORIALES

VALE DOS VINHEDOS AND THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES

Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues¹, Winifred Knox²

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PPEUR da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

² Doutora em Ciências Sociais, Professora do Programa de Pós Graduação em Planejamento Regional e Urbano – PPEUR na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Palavras-chave: Vale dos Vinhedos. Vitivinicultura. Desenvolvimento territorial.

Palabras clave: Valle de los Vinhedos. Elaboración de vino. Desarrollo territorial

Keywords: Valley of the Vinhedos. Winemaking. Territorial development.

INTRODUÇÃO

A atividade vitivinícola, no estado do Rio Grande do Sul, tem relevância socioeconômica e capacidade de potencializar outros setores como enoturismo, gastronomia entre outros. Como atividade agrícola, a cadeia produtiva da vitivinicultura é a fonte de renda e sustento de um expressivo número de famílias produtoras de uvas e vinho além de empresas vitivinícolas.

A região vitivinícola, Serra Gaúcha, é consolidada e reconhecida como a principal produtora de vinhos e derivados de uva, no Rio Grande do Sul e Brasil, com forte cultura associada a imigração italiana na região. A base produtiva da vitivinicultura na Serra Gaúcha está vinculada, a produção em pequenas propriedades, atreladas à cooperativas vinícolas. Ainda no território concentram-se empresas vinícola pequenas e as principais vinícolas de grandes com produção verticalizada, como descrito por (Aguiar, 2008).

A produção vitivinícola tem uma característica qualitativa e intrínseca usada para identificar a origem de seus produtos, o terroir, que associa o produto ao lugar ou região que é produzido. Um instrumento que usa o terroir como são as Indicações Geográficas (IG), em especial as do vinho, essas têm como papel a identidade do produto e suas características específicas, bem como atribuir a qualidade do produto em função do território que é produzido. Assim, as indicações geográficas, frequentemente, são concebidas como ferramentas potenciais de desenvolvimento territorial endógeno.

Neste contexto, um grupo de pesquisadores franceses, com destaque para Bernard Pecquer, no final dos anos 1990, a partir da experiência empírica de suas pesquisas na região de *Baronis*, nos Alpes Franceses, percebeu a possibilidade que os atores tinham de



desenvolver aquele território mobilizando os recursos locais, como resultado das suas pesquisas elaboraram a teoria da Cesta de Bens Serviços Territoriais (CBST). A pesquisa de Amedé Molard revisitou conceitos da teoria econômica e trazendo-os para uma aplicação empírica contemporânea, e considerando os bens produzido territorialmente estruturou a teoria de Renda de Qualidade Territorial (RQT), a partir dessas pesquisas formularam a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

Assim, a abordagem da Cesta de Bens e Serviço Territoriais foi definida com referência em “análises empíricas de iniciativas de atores locais que articulam ações mercantis e não-mercantis para criar uma oferta heterogênea e coerente de recursos territoriais, valorizando, dentre outros quesitos, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural” Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p. 3), ou seja, um conjunto de atores consolidam e criam identidade territorial.

Considerando-se estes referenciais e a dinâmica do território vitivinícola, criado com a Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos. A questão posta nesse artigo é se território do Vale dos Vinhedos oferece uma cesta de bens e serviços territoriais a partir da sua indicação geográfica? Portanto, o objetivo do artigo é identificar o potencial para uma cesta de bens e serviços territoriais no Vale dos Vinhedos, no estado do Rio Grande do Sul.

O artigo está dividido nesta introdução seguida da metodologia em se apresenta as fontes da pesquisa. Uma segunda parte onde se expõe as referências teóricas do estudo e que subsidiaram a interpretação dos documentos, a parte final apresenta-se as considerais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi baseada em fontes secundárias e documentais sobre o território; a forma de organização e potenciais recursos associados ao território e suas possíveis conexões às categorias teóricas da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBTS), sendo esses elementos passíveis de concordar com a possibilidade de uma CBST associada a produção vitícola e do reconhecimento da indicação geográfica do Vale dos Vinhedos.

O território da indicação geográfica do Vale dos Vinhedos teve início em 1995 quando seis vinícolas reunidas criaram a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), esta nasceu com o propósito de alcançar o reconhecimento da Indicação de Procedência (IP) e constitui-se no marco referencial do setor e desenvolvimento de outras indicações geográficas de vinhos finos (Tonietto et al. 2013). O Vale dos Vinhedos foi a primeira indicação geográfica brasileira reconhecida, em 2002, e uma espécie de modelo conceitual e organizacional para outras regiões e IG de vinhos, e foi também a primeira região com classificação Denominação de Origem (DO) para vinhos no Brasil reconhecimento obtido em 2012.

Para atender ao objetivo deste artigo foram pesquisadas publicações e dados da região para identificar elementos formadores de uma cesta de bens e serviços no território tendo como referências os recursos e ativos associados ao enoturismo na região e os elementos históricos e culturais.



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

A possibilidade de pensar o território como um resultado do encontro e da mobilização de atores sociais de um dado espaço geográfico que procuram identificar e resolver problemas comuns. Mostra a diferenciação entre o que é considerado como território dado, que envolve uma base geográfica de natureza político-administrativa, em contraponto a territórios construídos, esses pela ação intencional de atores sociais que convivem e produzem nesse espaço. Desta forma, “a configuração organizacional das diversas instituições e o cruzamento do duplo jogo da concorrência que se estabelece entre distintos atores sociais e entre diferentes territórios são elementos constitutivos da noção de desenvolvimento territorial” (Medeiros, Sablayrolles e Cazella, 2021, p. 6).

No conjunto dessas características têm-se os recursos territoriais e eles são considerado como fatores passíveis de serem explorados, organizados ou revelados, a partir dessas ações o que antes era considerado recurso territorial passam ser ativos territoriais, em ambas as situações os recursos ou os ativos podem ser genéricos e específicos a depender da sua localização e interesse dos atores que estão envolvidos.

A criação coletiva do território por um grupo de atores em posição de viabilizar seu projeto está associada à ideia de que as transformações das propriedades do território-dado têm capacidade de gerar e maximizar a valorização de diversos recursos – genéricos e específicos - desse espaço (Medeiros, Sablayrolles e Cazella, 2021, p.7).

Uma discussão teórica metodológica para pensar o desenvolvimento endógeno de um território tem sido a cesta bens de qualidade territorial que é definida como uma combinação original que a oferta é tanto composta por bens e serviços, como também é situada, ou seja, ligada a um determinado espaço, à sua cultura, à sua história, como descrita por Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004). Portanto, representa o encontro entre a oferta local de produtos e serviços de qualidade e uma demanda específica ao atender três condições gerais: a) conjunto de produtos complementares que interagem num mercado local; b) uma combinação de bens privados e públicos que reforçam a imagem e a reputação da qualidade territorial; c) uma demanda inelástica por produtos e serviços de qualidade enraizada em territórios específicos.

O modelo da cesta de bem reflete a composição de uma oferta de bens e serviços que é construída conjuntamente via interação entre fornecedores e consumidores, sendo que os consumidores têm uma função muito ativa. As características de uma ancoragem territorial, fazem com que o modelo seja distinto da simples diferenciação pela qualidade ou dos modelos de bens combinados (Pecquer, 2009).

Essas diferentes características conduzem à ideia de que não são somente os produtos e os serviços que se vendem localmente, mas, por meio das contribuições de todos os atores e da integração das amenidades ambientais, paisagens, clima o próprio território torna-se o produto a ser vendido, na medida em que ele constitui a oferta de bens e serviços composta. Desta forma, o ganho que pode ser extraído dessa passagem da soma dos produtos locais à produção territorial constitui um efeito de renda denominada renda de qualidade territorial (Mollard, 2001; Pecquer 2009).



Neste contexto é importante destacar a ideia da imersão de um produto é caracterizada pela imersão territorial do grupo humano que o produz, transforma, comercializa ou consome; esse produto necessita estar inserido como um elemento deste grupo; e o produto deve ter a capacidade de tornar-se referência identitária para esse mesmo grupo. Esse conjunto de característica demanda um reconhecimento externo ao grupo humano de referência e ao produto em questão.

Uma estratégia territorial pertinente são as indicações geográficas pois permitem que regiões promovam seus produtos criando valor local, beneficiando a comunidade, tornando-se ferramenta de desenvolvimento. Essas assumem ainda uma importância maior em áreas onde há baixos volumes de produção e escala, geralmente em função da tradicionalidade da produção. Nesse caso, busca-se agregar valor à essa tipicidade. As indicações geográficas são consideradas também como ferramentas para preservação da biodiversidade, conhecimento regional e recursos naturais, como destaca (Pelin, 2019).

Segundo Barros (2019, p. 372) “No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território, que apresentam originalidade e características próprias”. Ou seja, uma IG funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural. Cria um fator diferenciador para produto e território, geram originalidade e características próprias, assim as indicações geográficas não diferenciam somente os produtos ou serviços, mas também os territórios.

Para além das relações com o território, região e o desenvolvimento destes as indicações geográficas representam uma construção social e coletiva, no entanto, para que sejam consideradas como um efetivo instrumento de representação é necessário que exista efetiva articulação entre atores sociais envolvidos e a sociedade que estão inseridas.

Partindo deste referencial buscou-se observar a possibilidade de uma cesta de bens e serviços territoriais na região do Vale dos Vinhedos e associar que o desenvolvimento do território está ligado além da produção vinícola ao ambiente social, cultural e natural.

O Vale dos Vinhedos e a construção de uma identidade vitinícola

A região do Vale dos Vinhedos é reconhecida como a principal produtora vitivinícola do Brasil e está localizada na região da Serra Gaúcha, aqui faz-se uma síntese da região e os elementos que a associam a identidade vinícola. Para Facalde (2016), a organização das regiões onde a vinha e o vinho formavam a dinâmica econômica estava ligada aos projetos de colonização do século XIX, em especial os italianos a partir de 1875. A vitivinicultura no Rio Grande do Sul não pode ser dissociada da imigração italiana no estado, consequentemente, a principal região produtora a Serra Gaúcha é reconhecida por sua origem na imigração e colonização italiana.

Uma estratégia da Serra Gaúcha para o reconhecimento e fortalecimento do segmento do vinho fez com que as vinícolas investissem no desenvolvimento do enoturismo



associando o vinho e a cultura italiana. Desenvolveram-se atividades de alojamento: hotéis e pousadas; gastronomia: restaurantes e a produção artesanal de produtos típicos. Para (Facalde, 2016), os produtores de vinhos criaram uma oferta turística associada à produção de uvas e vinhos a um circuito turístico, como a Rotas do Vinho, atividades culturais que valorizam o patrimônio local, como a paisagem de vinhedos, casas de madeira e de pedras construídas na chegada dos imigrantes italianos que reflete um saber fazer com identidade local.

Como é evidenciado na Figura 1, uma construção de casa pedras representativa dos imigrantes e do patrimônio histórico e cultural, e para além da construção é possível observar num primeiro plano a plantação de videiras e ao fundo vegetação característica da Serra com as Araucárias mostram a paisagem da região.

Figura 1 – Construção em pedra e paisagem da Serra Gaúcha.



Fonte. Roteiro turístico Caminhos de Pedras.

Como exposto na pesquisa de Piana Giordani (2020, p. 149) “a associação do vinho com a paisagem se torna um fio condutor com o lugar, com suas recordações que entram em harmonia com as sensações degustativas e emotivas que um vinho pode proporcionar”. Desta forma o verdadeiro significado da paisagem cultural deve direcionar o olhar da preservação a todas as paisagens, inclusive as do cotidiano. Ainda sobre a Serra Gaúcha e o Vale dos Vinhedos. “As paisagens são formadas por tramas e numerosos percursos, presos nas pedras dos muros, onde se pode ler com facilidade a história geológica do território, no modo de condução das videiras, nos materiais utilizados, nas práticas de colheita e elaboração do vinho” (Piana Giordani, 2020, p. 149). Desta forma a relação da paisagem produtiva com seu território é um elemento expressivo que a paisagem transmite. Bem como a preservação e proteção da beleza natural e o território construído.

Outro aspecto importante está na valorização que deve ser atribuída aos lugares que pode ser refletir no valor do produto pois agrega ainda o trabalho da colheita e cultivo. A vindima é uma festa para comemorar a colheita da uva e se traduz em um produto turístico, mas além disso permite a integração de ambientes, culturas distintas e pessoas que se reflete em novas experiências desta forma. “A ênfase à ligação do vinho com o território produtor é, sem dúvida, um dos melhores caminhos a serem seguidos em razão da necessidade que as pessoas na atualidade possuem de sair de seu meio cotidiano para buscar lugares diferenciados” (Piana Giordani, 2020, p.151).



A pesquisava sobre produto da gastronomia local concluiu que “o entendimento de que esse saber fazer é expressão tradicional que passa de geração em geração, que se transforma em um produto de uma cultura identificada por sua comunidade que lhe oferece significados mais amplos que a simples sobrevivência de herança” (Figueiredo, 2010, p.11). Essa experiência cria um produto considerado econômico e que avaliar um bem patrimonial nessa perspectiva lhe permite atribuir utilidade social e cultural, e desta forma reflete o seu significado e referência sendo a gastronomia regional um elemento de turismo cultural. Esse contexto reforça que os produtos tornam-se parte do território de formas inseparáveis e intransferíveis. Soma-se ainda o elemento humano traduzido pelo modo de agir de seus habitantes refletindo um patrimônio imaterial.

Neste tópico que buscou-se expressar a referência da Serra Gaúcha como território produtor de vinhos, mas sobretudo, uma região com características culturais fortemente influenciada pela imigração italiana na sua construção socioeconômica. Como proposto na sequência se traz uma síntese da região demarcada como indicação geográfica do Vale dos Vinhedos.

A indicação geográfica e o recorte territorial do Vale dos Vinhedos

A região do Vale dos Vinhedos é principal produtora de vinhos no Brasil e essa notoriedade foi reforçada com o *status* de Indicação Geográfica; como Indicação de Procedência (IP), em 2002, e em 2012 como Denominação de Origem (DO) sendo a região pioneira em ambas as categorias para a produção de vinho, o seu território está no município de Bento Gonçalves. No pedido de registro constavam comprovações de que o local havia se tornado conhecido pela produção de vinhos e, para tanto, foram apresentados documentos abordando o histórico da colonização italiana a partir de 1875, o cultivo e a produção de vinho como forma de manutenção da identidade dos colonos, o desenvolvimento da agricultura nas décadas de 1920 e 1930 do século XX e a gradativa especialização vitivinícola na região (APROVALE, 2000).

Até 1995, a área do atual Vale dos Vinhedos era uma região de produção de uvas e vinhos que não evidenciava maior diferenciação vitivinícola, pois não havia uma territorialidade e produção de uvas e vinhos não tinha na região delimitada. Também não existiam diretrizes específicas para o direcionamento da qualidade da produção de uvas e vinhos no local. Em

1995, com a criação da APROVALE, teve início o processo coletivo de conquista da

qualificação da produção de vinhos finos com foco na origem. Quando reconhecido como Indicação de Procedência (IP) em 2002, o Vale dos Vinhedos tinha estruturada uma produção vitivinícola com um Regulamento de Uso aplicado à respectiva área delimitada (APROVALE, 2010). Após quase uma década de existência efetiva da IP Vale dos Vinhedos, esta região tomou-se reconhecida pela excelência na produção de vinhos de qualidade. O número de vinícolas associadas da APROVALE, que no ano de sua criação - 1995, era de apenas 6, chegou a 16 em 2002 e a 31 em 2010.

As vinícolas inicialmente participantes da APROVALE, na ocasião do pedido de registro de Indicação de Procedência que a época eram 16, em 16/08/2010 quando foi solicitado o registro da Denominação de Origem (DO) somavam um grupo de 35 participantes.



Observa-se que das 16 vinícolas na ocasião do primeiro pedido de IG como IP, muitas mudaram de razão social ou foram desmembradas. Outras vinícolas, já existentes aderiram à APROVALE e outras foram criadas (ou formalizadas) no decorrer do período.

Conforme exposto por Tonietto et al (2013), o cumprimento das condições de registro no INPI como DO à época, a requerente apresentou, entre outros, comprovações da influência do meio geográfico na qualidade e características do produto baseando-se na descrição dos fatores ambientais e humanos presentes no local que impactam no cultivo da uva e na produção de vinhos finos. Foram apresentados o contexto geográfico, com a descrição: do relevo; o uso e cobertura do solo; fatores geológico; geomorfológico; a composição dos solos e clima, assim como os métodos de cultivo e vinificação. As regras de uma denominação de origem (DO) são mais rígidas que uma indicação de procedência (IP) e no Vale dos Vinhedos, entre outras condições, tem-se que toda a produção de uvas e o processamento do vinho sejam realizados na região delimitada e ainda atenda especificações de produção, e os fatores humanos e sociais do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do texto foi identificar o potencial para uma cesta de bens e serviços territoriais no Vale dos Vinhedos, pelo exposto mostra-se que a experiência do território vitivinícola do Vale dos Vinhedos soma-se a outras atividades que além de atribuir valor ao produto vinho agregam experiências associadas ao território que estão imersas e que indicam potencial de uma cesta de bens e serviços territorial como proposta pela literatura. Entre os elementos que representam o território do Vale dos Vinhedos observa-se a sua indissociabilidade da cultura ítalo brasileira sustentada na origem dos imigrantes que se instalaram e construíram o território e a produção vinícola que resultaram na delimitação do território como IG, ou seja, um território construído a partir de uma cultura e ativos específicos da região. Ainda corroboram além da produção de uva e vinhos a organização bens e serviços ao enoturismo; os atributos intangíveis da cultura e da paisagem criam uma oferta composta bem como a ideia de produtos enraizados e específicos do lugar, pois são indissociáveis do ambiente e seus habitantes locais, desta forma o turista que visita a região está consumindo um conjunto de fatores, sociais, culturais específicos da região, através da gastronomia, da paisagem dos vinhedos e o saber fazer da população da região.

AGRADECIMENTOS – O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mirian. **O vinho na era da técnica e da informação**: um estudo sobre Brasil e Argentina. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BARROS, Regina Cohen. **A variedade das indicações geográficas brasileiras e o desenvolvimento local**. The Overarching Issues of the European Space - a strategic (re)positioning of environmental and socio-economic problems? Porto, Faculdade de Letras da Universidade. Porto. 2019. p. 371-386. DOI: 10.21747/9789898969149/vari



FACALDI, Ivanira. The geography of vine and wine industry in Brazil: territory, culture and heritage. **39º Congresso Mundial da Uva e do Vinho** – Organização Mundial da Uva e do Vinho (OIV). Bento Gonçalves, RS. 2016. Disponível em: http://www.oiv2016.org.br/anais-do-congresso/source/lista_area_O_12.htm. Acesso em novembro de 2017.

FIGUEIREDO, Franciele Bandeira. Referências Imateriais: o estudo do Agnolini. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul – UCS. Caxias do Sul, RS. 9 e 10 de julho de 2010. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/13/Referencias%20Imateriais%20o%20estudo%20do%20Agnolini.pdf Acessado em 24 de abril de 2024.

MEDEIROS, Monique; SABLAYROLLES, Philippe Jean Louis; CAZELLA, Ademir Antonio. A configuração da cesta de bens e serviços territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes** (St Cruz Sul, Online), v.26, 2021. DOI: 10.17058/redes.v26i0.16842

MOLLARD, Amédée. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique a partir de la rente. **Economie rurale**. N.263. Grenoble. França. Mai/jun. 2001

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**. Dossiê. N.14. abril de 2009.

PELIN, Valdinho. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 63-78, jan./mar. 2019.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. Paisagem do vinho: o valor cultural como recurso para preservação do Vale dos Vinhedos. **Tese** (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, RS. 2020.

TONIETTO, Jorge.; ZANUS, Mauro Celso; FACALDE, Ivanira; GUERRA, Celito Crivellaro. (2013). **O regulamento de uso da denominação de origem Vale dos Vinhedos: vinhos finos tranquilos e espumantes**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/documentos/doc084.pdf> . Acessado novembro de 2017.